

## Do golpe de 2016 ao governo Bolsonaro: o desmonte de políticas afirmativas e os desafios da Educação Física antirracista

### RESUMO

O presente artigo analisa a produção acadêmica da pós-graduação brasileira sobre o avanço do conservadorismo (2016–2022) no campo da Educação Física Escolar (EFE) e da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER). No âmbito da EFE, evidenciamos os processos de precarização das condições de ensino e reconfiguração de objetivos pedagógicos, articulados à implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada em Revisão Sistemática de Literatura (RSL), com foco em teses e dissertações disponibilizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (CAT). Os resultados evidenciam retrocessos nas políticas voltadas à equidade racial e ao enfrentamento do racismo, indicando que esse período foi marcado por reformas neoliberais, fragilização de direitos sociais e disseminação de discursos autoritários, com impactos diretos na educação física escolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Antirracismo; Movimento negro; Educação física; Neoliberalismo

### Luciano Nascimento Corsino

Doutorado em Educação  
Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS),  
Campus Rolante  
Rolante, RS, Brasil;  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
(PPGEDU/UFRGS);  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Física em Rede Nacional (ProEF/UFC).  
[lucianocorsino@gmail.com](mailto:lucianocorsino@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0002-2591-5472>

### Danieri Ribeiro da Rocha

Tecnóloga em Análise e  
Desenvolvimento de Sistemas,  
Mestranda em Computação  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
(UFRGS), Instituto de Informática,  
Porto Alegre, RS, Brasil  
[danierirribeiro@gmail.com](mailto:danierirribeiro@gmail.com)  
<https://orcid.org/0009-0005-1103-2424>

# **From the 2016 coup to the Bolsonaro government: the erosion of affirmative action policies and the challenges of anti-racist Physical Education**

## **ABSTRACT**

This article analyzes the academic production of Brazilian graduate programs on the rise of conservatism (2016–2022) in the fields of School Physical Education (SPE) and Education for Ethnic-Racial Relations (EERR). Within the scope of SPE, we identified processes of deteriorating teaching conditions and the reconfiguration of pedagogical objectives, associated with the implementation of the National Common Curricular Base (BNCC) and the New Secondary Education reform. Methodologically, this qualitative study is based on a Systematic Literature Review (SLR), focusing on master's dissertations and doctoral theses available in the CAPES Theses and Dissertations Catalog. The findings reveal setbacks in policies aimed at promoting racial equity and combating racism, indicating that this period was marked by neoliberal reforms, the weakening of social rights, and the dissemination of authoritarian discourses, with direct impacts on school physical education.

**KEYWORDS:** Anti-racism; Black movement; Physical education; Neoliberalism

# **Del golpe de 2016 al gobierno de Bolsonaro: el desmantelamiento de las políticas de acción afirmativa y los desafíos de la Educación Física antirracista**

## **RESUMEN**

Este artículo analiza la producción académica de los programas de posgrado brasileños sobre el avance del conservadurismo (2016–2022) en los campos de la Educación Física Escolar (EFE) y de la Educación para las Relaciones Étnico-Raciales (ERER). En el ámbito de la EFE, se evidencian procesos de precarización de las condiciones de enseñanza y de reconfiguración de los objetivos pedagógicos, articulados con la implementación de la Base Nacional Común Curricular (BNCC) y de la reforma de la Nueva Enseñanza Media. Metodológicamente, se trata de una investigación cualitativa basada en una Revisión Sistemática de la Literatura (RSL), centrada en tesis doctorales y disertaciones de maestría disponibles en el Catálogo de Tesis y Disertaciones de la CAPES. Los resultados evidencian retrocesos en las políticas orientadas a la equidad racial y al enfrentamiento del racismo, indicando que este período estuvo marcado por reformas neoliberales, el debilitamiento de los derechos sociales y la difusión de discursos autoritarios, con impactos directos en la educación física escolar.

**PALABRAS CLAVE:** Antirracismo; Movimiento negro; Educación física; Neoliberalismo

## INTRODUÇÃO

O período compreendido entre 2016 e 2022 no Brasil tem sido amplamente analisado pela produção acadêmica como um momento de inflexão nas políticas educacionais, caracterizado pela intensificação de reformas neoliberais, pela fragilização de direitos sociais e pela disseminação de discursos autoritários nas instituições e políticas públicas educacionais.

No campo educacional, essas transformações incidiram diretamente sobre a organização curricular, o financiamento público e a autonomia docente, produzindo impactos significativos em diferentes áreas do conhecimento, entre elas a Educação Física escolar (EFE). Paralelamente, as discussões sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), historicamente atravessadas por disputas políticas e epistemológicas (Corsino; Conceição, 2016), também passaram a refletir os efeitos desse contexto, evidenciando obstáculos e retrocessos na consolidação de uma educação comprometida com a equidade racial.

No âmbito da EFE, estudos têm apontado processos de secundarização curricular, precarização das condições de ensino e reconfiguração de seus objetivos pedagógicos, frequentemente alinhados a perspectivas utilitaristas e disciplinadoras do corpo. Esse movimento articula-se a reformas estruturais, como a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Novo Ensino Médio (NEM), que, ao flexibilizarem a obrigatoriedade do componente curricular, contribuem para a diluição de sua especificidade e para o enfraquecimento de seu lugar no currículo escolar. Ademais, a incorporação de agendas conservadoras ao debate educacional intensificou o cerceamento de temáticas relacionadas à sexualidade, ao gênero e às relações étnico-raciais, impactando diretamente o trabalho docente (Corsino, 2015; Duke et al., 2025).

Nesse cenário, a produção acadêmica da pós-graduação brasileira configura-se como um espaço privilegiado de análise, denúncia e problematização desses processos. Teses e dissertações constituem um corpus estratégico para a compreensão do panorama investigativo relacionado a temas centrais da ERER, tais como as articulações entre a EFE e o antirracismo (Corsino; Rocha, 2025a), os impactos da implementação da Lei nº 10.639/03 na área (Corsino; Rocha, 2025b) e os desafios envolvidos na construção de currículos afrorreferenciados (Corsino; Rocha, 2025c).

Diante desse contexto, o presente estudo, de natureza qualitativa, fundamenta-se em uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) e tem como objetivo compreender de que modo a produção acadêmica da pós-graduação brasileira analisou e problematizou os efeitos do período compreendido entre 2016 e 2022 nas pesquisas que abordam a EFE e a ERER. Ao identificar e interpretar esse conjunto de produções, busca-se não apenas evidenciar os principais eixos temáticos e as abordagens teórico-metodológicas adotadas, mas também contribuir para o fortalecimento de uma agenda de pesquisa comprometida com a justiça social, a equidade e a defesa de uma educação pública democrática.

## MATERIAL E MÉTODOS

Este artigo fundamenta-se na metodologia de Revisão Sistemática da Literatura (RSL), orientada pelas diretrizes do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA) (Page et al., 2020). A RSL possibilita a identificação, seleção e análise sistemática de evidências científicas, contribuindo para a produção de sínteses consistentes e para a ampliação do estado do conhecimento sobre determinada temática (Galvão; Ricarte, 2020; Galvão; Pereira, 2014). Embora originalmente desenvolvido para a área da saúde, o protocolo PRISMA tem sido amplamente utilizado nas Ciências Sociais e na Educação, favorecendo maior rigor, transparência e sistematização das pesquisas (Corsino; Rocha, 2025).

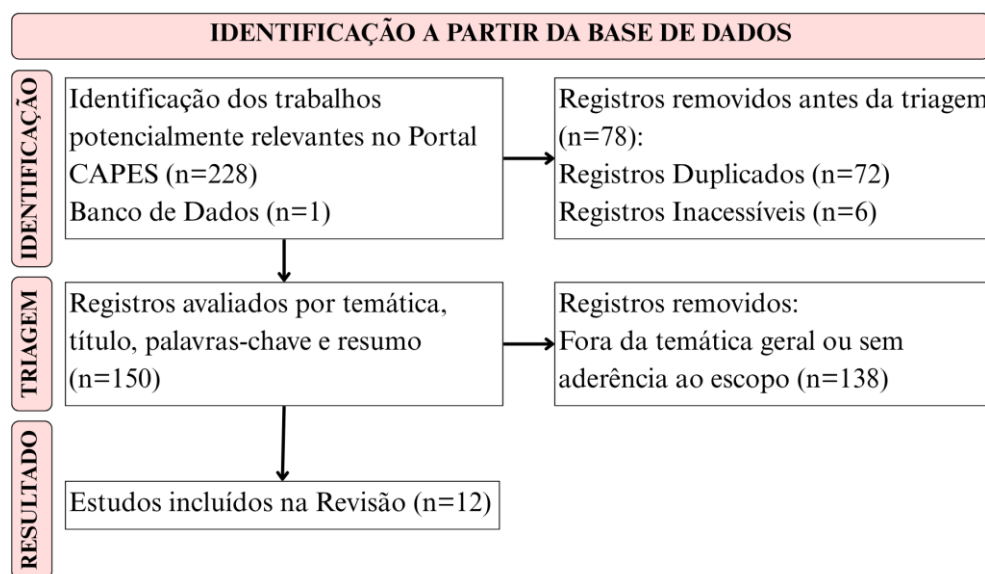
A investigação foi orientada pela seguinte questão: “O que a produção da pós-graduação brasileira sobre Educação para as Relações Étnico-Raciais na Educação Física discute acerca do avanço do conservadorismo no Brasil no período de 2016 a 2022?”. Para respondê-la, realizamos uma busca no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, considerando trabalhos que abordassem, direta ou indiretamente, o golpe de 2016 e/ou o governo Bolsonaro.

Foram utilizados, de forma isolada e combinada, os descritores "10.639", "relações étnico-raciais", "afro-brasileira", "decolonial", "antirracista" e "cultura negra", articulados ao termo "educação física" por meio do operador booleano AND. As buscas resultaram em 228 trabalhos, posteriormente organizados em planilha contendo informações bibliográficas e acadêmicas para conferência e validação dos dados.

Para o levantamento do corpus, foram realizadas buscas com descritores utilizados de forma isolada e combinada, a partir das seguintes palavras-chave: "10.639", "educação física escolar", "relações étnico-raciais", "afro-brasileira", "decolonial", "antirracista" e "cultura negra". Em seguida, os descritores foram associados por meio do operador booleano AND, com a finalidade de refinar os resultados e delimitar produções mais diretamente relacionadas ao objeto de investigação. As combinações utilizadas foram: "educação física" AND "10.639"; "educação física" AND "relações étnico-raciais"; "educação física" AND "afro-brasileira"; "educação física" AND "decolonial"; "educação física" AND "antirracista"; e "educação física" AND "cultura negra".

A seleção seguiu as etapas de Identificação, Triagem e Resultado, inspiradas no protocolo PRISMA. Dos 228 trabalhos, entre teses e dissertações, inicialmente localizados, foram excluídos 72 registros duplicados e 6 indisponíveis na íntegra, restando 150 estudos para análise. Na etapa de triagem, realizada a partir dos títulos, resumos, palavras-chave e temática, 138 trabalhos foram excluídos por não atenderem ao objeto da pesquisa. Ao final, 12 teses e dissertações compuseram o corpus de análise por atenderem aos critérios de elegibilidade estabelecidos.

Figura 1: Fluxograma



Fonte: elaborado pelos autores (2026)

## EDUCAÇÃO FÍSICA E A AGENDA CONSERVADORA 2016-2022

A Educação Física escolar configura-se como um território estratégico para a denúncia e problematização do racismo no contexto educacional brasileiro. No período compreendido entre 2016 e 2022, a intensificação de agendas conservadoras e negacionistas aprofundou os ataques às políticas voltadas à diversidade e aos pilares democráticos da educação pública. Diante dessa conjuntura de retrocessos, o antirracismo afirma-se como um princípio pedagógico e político incontornável para a justiça social.

O panorama político nacional entre 2019 e 2022 foi atravessado pela ascensão do que Silva *et al.* (2020) caracterizam como um neoliberalismo totalitário e protofascista, cujos reflexos incidiram severamente sobre a educação pública e, de modo específico, sobre a EFE. Tal período, consolidado a partir do golpe de 2016, institucionalizou uma ofensiva sistemática contra os direitos sociais e a autonomia docente, mobilizando uma retórica de ódio e articulando o desmonte institucional das políticas de equidade.

Os efeitos do denominado “golpichment” jurídico-parlamentar-midiático de 2016 sobre a educação brasileira foram analisados por Krawczyc e Lombardi (2018), tomando como eixo interpretativo as medidas do governo subsequente e os interesses envolvidos. Eles argumentam que a destituição da presidenta Dilma Rousseff integra um movimento mais amplo de reorganização do imperialismo estadunidense, no qual dimensões geopolíticas e econômicas foram mobilizadas para retomar o controle estratégico do país. O episódio é caracterizado como uma contrarrevolução preventiva das elites econômicas e políticas, voltada à interrupção de avanços sociais e ao fortalecimento de uma ordem conservadora e pró-mercado. Nesse contexto, destacam-se interesses

ligados à apropriação de riquezas nacionais, como o Pré-Sal, e à implementação de uma agenda neoliberal, expressa na PEC do teto de gastos e nas reformas trabalhistas.

A partir da destituição da presidenta Dilma Rousseff, o avanço conservador e neoliberal ganha potencialidade, os quais produziram impactos severos na organização das políticas educacionais brasileiras. Segundo a análise de Zan e Krawczyk (2019), quatro projetos estratégicos configuram essa ofensiva sistemática contra a escola pública e os pilares democráticos: o movimento “Escola sem Partido”, a expansão da militarização escolar, a defesa do *homeschooling* e a disseminação da lógica do empreendedorismo. O movimento “Escola sem Partido” atua no sentido de subordinar o fazer pedagógico aos valores morais e religiosos de núcleos familiares, institucionalizando o cerceamento de debates sobre gênero e sexualidade, ao mesmo tempo em que instaura um clima de vigilância e perseguição ao trabalho docente. Paralelamente, Oliveira e Lins (2016) argumentam que, sob a égide desse movimento, a implementação de uma educação antirracista passa a ser pejorativamente rotulada como doutrinação ideológica e política, dificultando a consolidação de currículos comprometidos com a justiça social.

Por sua vez, a expansão da militarização escolar compromete severamente a autonomia pedagógica ao institucionalizar a disciplina e o controle comportamental como eixos prioritários do fazer educativo. Tais iniciativas articulam-se à defesa do *homeschooling*, que atua no sentido de esvaziar a função social da escola pública, e à disseminação da lógica do empreendedorismo, que desloca para o plano individual a responsabilidade pela inserção produtiva e pelo sucesso econômico. Em seu conjunto, esses projetos estratégicos materializam o avanço de uma agenda conservadora e neoliberal voltada à fragilização da educação enquanto direito público e instrumento fundamental de emancipação democrática.

O editorial “Bolsonaro e a COVID-19: e daí?” (Silva *et al.*, 2020) caracteriza a condução da crise sanitária como a materialização de um “Estado suicidário”, no qual a gestão governamental atuou como arquiteta da própria tragédia ao sobrepor interesses mercadológicos à preservação da vida. Embora existam registros de experiências pedagógicas relevantes no trato da Educação Física sob a perspectiva da área de Linguagens (Corsino *et al.*, 2020), as análises de Silva, Pires, Pereira e Bianchi (2020) evidenciam que o componente curricular foi submetido a uma “EAD de ocasião”. Tal conceito denuncia a institucionalização de um ensino remoto precarizado que reduziu a disciplina a atividades voltadas ao “corpo biológico” e a exercícios meramente compensatórios, aprofundando os processos de desvalorização e de precarização do trabalho docente.

O documento destaca que o descaso científico foi acompanhado por uma “política da morte”, sustentada por retóricas presidenciais que banalizaram o óbito de milhares de cidadãos por meio da indagação “E daí?”. Tal conjuntura aprofundou a violência direcionada às minorias, fundamentada no racismo estrutural e em ofensivas explícitas contra a população LGBTQIAPN+. Nesse sentido, o combate sistemático à denominada “ideologia de gênero”, articulado à tentativa de institucionalização do movimento “Escola sem Partido”, configurou-se como uma estratégia discursiva central para o avanço das agendas neoliberais e (neo)conservadoras no território nacional (Barzotto; Seffner, 2020).

Em sua análise de conjuntura sobre a Educação Física escolar na gestão de Jair Bolsonaro, Melo e Moreira (2022) identificam quatro dimensões estratégicas que operaram no desmonte do componente curricular: a econômica, a moral, a securitária e a societal. Segundo os autores, a força

econômica materializou-se por meio da "desidratação" sistemática de investimentos públicos, enquanto a dimensão moral, sustentada pelo combate à denominada "ideologia de gênero", institucionalizou o cerceamento de debates fundamentais sobre sexualidade e diversidade nas aulas de Educação Física.

Os resultados indicam um processo de secundarização da Educação Física escolar, que passou a ser mobilizada menos para a promoção da autonomia e mais para finalidades associadas ao disciplinamento e ao civismo. Essa orientação manifestou-se, entre outros aspectos, no Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PNECM), que buscou retomar modelos de organização escolar pautados na padronização de comportamentos e na valorização da obediência. Na dimensão societal, a chamada "onda bolsonarista" contribuiu para o fortalecimento de relações marcadas pela intolerância e pela polarização política, frequentemente associando professores(as) críticos(as) a posições ideológicas específicas.

Collier (2023) analisa como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Novo Ensino Médio (NEM) fragilizaram a identidade da Educação Física escolar. Segundo a autora, a reforma do ensino médio suprimiu a obrigatoriedade explícita da disciplina, convertendo-a em "estudos e práticas" sem carga horária própria garantida, o que ampliou as possibilidades de flexibilização de sua oferta. Krawczyk e Zan (2022) também analisam os desdobramentos da Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017, e seus impactos no contexto escolar, especialmente na rede estadual paulista.

A autora destaca a influência dos chamados "reformadores empresariais da educação", entre eles o movimento Todos Pela Educação, na formulação de políticas curriculares voltadas às demandas do mercado de trabalho. A autora argumenta que a fragmentação da formação em Educação Física, reforçada por normativas como a Resolução CNE/CES nº 6/2018, atende a interesses mercadológicos e contribui para a precarização do trabalho docente, reduzindo a atuação profissional à execução de competências previamente definidas.

O editorial *Manifesto contra o neoliberalismo totalitário...* (Silva; Pires; Pereira, 2019) denuncia a extinção do Ministério do Esporte como marco do enfraquecimento das políticas públicas de cultura corporal. Os autores apontam a "desidratação" de programas sociais, como o Segundo Tempo e o PELC, comprometendo o atendimento às populações periféricas em favor de uma lógica de mercado. O manifesto destaca a presença de discursos racistas e homofóbicos no cenário político, citando declarações atribuídas ao então presidente Jair Bolsonaro sobre quilombolas e pessoas homossexuais. Os autores caracterizam o projeto governamental como uma estratégia de reorientação das políticas nacionais e de perseguição a adversários, incluindo a gestão de recursos estratégicos e acordos internacionais no período.

Os artigos convergem para a interpretação de que o governo Bolsonaro representou um período de retrocessos para a Educação Física escolar. Seus impactos manifestaram-se tanto no plano normativo, por meio do Novo Ensino Médio (NEM), da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da reestruturação de órgãos governamentais, quanto no plano simbólico, pela disseminação de discursos de exclusão. Nesse contexto, a resistência e a defesa de uma educação democrática são apontadas como desafios centrais para a área.

O texto argumenta que o governo Bolsonaro utilizou a necropolítica como uma importante ferramenta de gestão, contribuindo para o aprofundamento das tensões raciais no Brasil. Segundo a análise apresentada, antes mesmo de sua eleição, Jair Bolsonaro já mobilizava discursos associados ao racismo estrutural, evidenciados, entre outros aspectos, por declarações dirigidas a comunidades quilombolas nas quais utilizou o termo "arrobás" para se referir à população negra. O arquivamento de denúncias de racismo pelo Supremo Tribunal Federal (STF) é apontado como um elemento que teria contribuído para conferir legitimidade institucional a determinadas narrativas, favorecendo sua aceitação por parcelas do eleitorado. Nessa perspectiva, a vitória eleitoral de Bolsonaro é interpretada como um marco que possibilitou o aprofundamento de políticas e práticas que, segundo o autor, incidiram de maneira mais intensa sobre grupos historicamente marginalizados, especialmente a população negra.

Durante o governo Bolsonaro, o racismo é caracterizado por Tommaselli (2020) como uma "tecnologia de morte" voltada à definição de quais grupos sociais são protegidos ou expostos à vulnerabilidade sob a lógica do Estado. Segundo essa interpretação, tal dinâmica manifesta-se tanto por meio de formas diretas de violência, como a letalidade que atinge desproporcionalmente a juventude negra, quanto por mecanismos simbólicos de exclusão e pela restrição do acesso a direitos fundamentais, como educação, cidadania e dignidade. Uma das estratégias apontadas pela autora consiste na invisibilização da violência racial, exemplificada pela exclusão de dados sobre violência policial em relatórios oficiais de direitos humanos. Esse processo contribuiria para a construção de narrativas que minimizam ou negam a centralidade do racismo na produção das desigualdades sociais e raciais no país. Nessa perspectiva, o Estado teria operado por meio de práticas institucionais que privilegiam determinados grupos sociais em detrimento da garantia plena de direitos à população negra (Tommaselli, 2020).

## **PANORAMA DAS PESQUISAS SOBRE EFE E ERER NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA (2016-2025)**

O avanço de perspectivas conservadoras e neoliberais a partir de 2016 e da eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República tem sido associado, em diferentes estudos, a processos de enfraquecimento de políticas voltadas à promoção da igualdade racial e à ampliação de direitos conquistados pelo Movimento Negro no campo educacional. Nesse contexto, o início de 2026 foi marcado por um episódio que reacendeu o debate sobre as políticas de ações afirmativas no Brasil: a sanção da Lei nº 19.722/2026, que suprimiu o critério racial das políticas de cotas em universidades estaduais e concursos públicos no estado de Santa Catarina.

A medida, aprovada no âmbito estadual, foi alvo de críticas por desconsiderar a persistência das desigualdades raciais no país e por se fundamentar em uma concepção de igualdade formal que não contempla os condicionantes históricos responsáveis pela exclusão da população negra de espaços educacionais e profissionais. Para entidades como a Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN), a iniciativa representou não apenas uma alteração legislativa, mas também o fortalecimento de discursos meritocráticos que questionam a legitimidade das ações afirmativas e podem restringir oportunidades para grupos historicamente marginalizados.

Além dos impactos sociais, a medida foi questionada por confrontar princípios constitucionais e marcos legais que fundamentam as ações afirmativas no Brasil, como a promoção da igualdade material e o reconhecimento das desigualdades estruturais. Ao desconsiderar legislações federais e entendimentos do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a constitucionalidade das cotas raciais, o governo estadual intensificou tensões jurídicas e políticas em torno do tema. Para a Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN), a iniciativa desconsidera evidências dos avanços dessas políticas e fragiliza compromissos do Estado brasileiro no enfrentamento do racismo. Nesse contexto, a mobilização de movimentos sociais, entidades acadêmicas e organizações da sociedade civil evidencia preocupações com retrocessos na garantia de direitos e na promoção da equidade racial. Em 16 de abril de 2026, o Plenário do STF declarou, por unanimidade, a inconstitucionalidade da lei catarinense, reafirmando a compatibilidade das ações afirmativas com os princípios constitucionais.

Esse contexto de ataques às conquistas do Movimento Negro não é recente e reforça a necessidade de sistematizar pesquisas que evidenciam como o período posterior a 2016 e o governo Bolsonaro foram associados, na produção acadêmica analisada, a retrocessos institucionais e ao enfraquecimento de políticas de justiça social. Reformas como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Novo Ensino Médio (NEM) são interpretadas por diferentes estudos como expressões de racionalidades neoliberais (Krawczyk; Jacomini, 2025), com impactos sobre a autonomia docente e a organização da Educação Física escolar. Além disso, o avanço de perspectivas conservadoras contribuiu para um ambiente de insegurança e silenciamento, dificultando a consolidação da Educação para as Relações Étnico-Raciais no currículo. Apesar disso, os estudos também apontam estratégias de resistência de professores(as), por meio de práticas pedagógicas feministas, decoloniais e afrodiaspóricas voltadas à valorização das identidades negras e ao fortalecimento de uma educação comprometida com a justiça social (Corsino; Rocha, 2025).

A dissertação de mestrado *Culturas juvenis afrodiaspóricas como inspiração à educação física decolonial no sul de Minas Gerais: em tempos de agir e ubuntar*, de Mayara do Nascimento Lopes (2024), propõe uma abordagem decolonial para a Educação Física no Ensino Médio, tomando as culturas juvenis negras periféricas, especialmente a capoeira e as batalhas de rimas, como referências para práticas pedagógicas. A autora relaciona a implementação do Novo Ensino Médio (NEM) ao contexto posterior ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, interpretando-o como parte de reformas educacionais que flexibilizaram o currículo e reduziram a centralidade de componentes como Sociologia, Artes e Educação Física. A dissertação também problematiza a influência da racionalidade neoliberal nas políticas educacionais, argumentando que a mercantilização do ensino e o controle curricular tendem a marginalizar os saberes, as experiências e as formas de expressão dos(as) jovens negros(as).

A dissertação de mestrado *Corporeidades negras e Educação Física Escolar: construindo práticas antirracistas nos cotidianos da Educação Infantil*, de André dos Santos Souza Cavalcanti (2020), investiga práticas pedagógicas antirracistas na Educação Infantil por meio da cultura corporal e de microações afirmativas voltadas à valorização das corporeidades negras. O autor situa sua análise no contexto político inaugurado pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, interpretado no estudo como um "golpe midiático-parlamentar-civil", e pela posterior ascensão de perspectivas conservadoras associadas à eleição de Jair Bolsonaro. A dissertação argumenta que a Educação Física, historicamente vinculada, em determinados momentos, a projetos

de controle dos corpos e de hierarquização racial, pode ser ressignificada como um espaço de valorização das experiências e das formas de existência e reexistência das crianças negras. Nessa perspectiva, a pesquisa defende a construção de práticas pedagógicas comprometidas com o enfrentamento do racismo e com a afirmação da diversidade étnico-racial desde a Educação Infantil.

A dissertação de mestrado *Educação Intercultural no componente curricular da Educação Física como intervenção ao fenômeno do multiculturalismo: presença da matriz africana*, de Gina Mosquera (2023), analisa a Educação Física escolar a partir da perspectiva intercultural, buscando integrar conteúdos de matriz africana como estratégia para a construção da identidade cultural dos sujeitos. Em seus resultados, os(as) docentes entrevistados(as) relatam dificuldades decorrentes do avanço de perspectivas conservadoras na sociedade brasileira, especialmente no período entre 2018 e 2021. Segundo os relatos apresentados, o impeachment da presidenta Dilma Rousseff é associado à descontinuidade de fóruns e coletivos negros dedicados à formulação e ao debate de políticas educacionais, contribuindo para um contexto de insegurança e de enfraquecimento das discussões sobre as relações étnico-raciais no ambiente escolar.

A tese *Fuxicando com as narrativas de professoras/es de Educação Física: currículos e a decolonialidade*, de Pedro Alves Castro (2023), investiga as manifestações dos currículos nas memórias de professores(as) de Educação Física da rede pública, utilizando a metodologia do "fuxico narrativo". O autor argumenta que o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, interpretado no estudo como um "golpe parlamentar-midiático", intensificou as disputas curriculares e criou condições para a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Reforma do Ensino Médio, iniciadas durante o governo Michel Temer e consolidadas sob orientações de caráter neoliberal. Além disso, a tese apresenta uma análise crítica da condução governamental durante a pandemia de COVID-19 e das propostas de militarização das escolas públicas, compreendidas pelo autor como processos associados ao controle dos corpos e à limitação da circulação de saberes emancipatórios.

A dissertação *Negro Drama: narrativas estudantis negras, educação física escolar e educação étnico-racial*, de Izaú Veras Gomes (2019), discute o uso de narrativas autobiográficas de estudantes negras e do próprio docente como estratégia para repensar a Educação Física escolar a partir da perspectiva das relações étnico-raciais e da desconstrução de estigmas historicamente associados à população negra. O autor faz referência ao contexto político decorrente do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, interpretado no trabalho como uma ruptura democrática que interrompeu políticas e ações voltadas à promoção da igualdade racial, incluindo a atuação de intelectuais como Nilma Lino Gomes na gestão pública federal. Além disso, a dissertação sustenta que a Educação Física deve romper com modelos eurocêntricos, reguladores e tecnicistas, de modo a valorizar saberes estético-corpóreos negros e contribuir para o enfrentamento das desigualdades raciais, especialmente em um contexto marcado pelo aumento da violência que afeta a juventude negra.

A tese *O currículo de Educação Física na ótica das relações étnico-raciais: a prática pedagógica de professores da Diretoria Regional do Campo Limpo*, de Franz Carlos Oliveira Lopes (2020), investiga como professores(as) de Educação Física materializam a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) em suas práticas pedagógicas após participarem de processos formativos promovidos pela rede municipal de ensino de São Paulo. O autor analisa o contexto

político decorrente do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, interpretando-o como uma ruptura significativa no processo democrático brasileiro. A tese também discute os impactos das reformas de orientação neoliberal e da precarização do trabalho docente sobre a autonomia profissional dos(as) professores(as), destacando os desafios que tais processos impõem à implementação de currículos culturais comprometidos com o enfrentamento do racismo e a valorização da diáspora africana.

A dissertação de mestrado *Corpo na e da EJA: reflexões acerca das dimensões político-pedagógicas do currículo da Educação Física*, de Rosângela Silveira de Carvalho (2023), investiga as concepções de corpo presentes nos currículos e documentos normativos da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos (EJA), distinguindo perspectivas emancipatórias daquelas associadas à reprodução de opressões. A autora argumenta que, durante o governo Bolsonaro (2019–2022), intensificaram-se os ataques à educação pública e às políticas de direitos humanos, incluindo a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), o que contribuiu para o enfraquecimento de políticas voltadas à diversidade. No campo da Educação Física escolar, o estudo problematiza concepções presentes na legislação que tendem a reduzir o componente curricular a uma perspectiva biológica e tecnicista, tratando-o, em determinados contextos, como secundário ou mesmo "fictício" no currículo da EJA.

A dissertação de mestrado *Cultura corporal e educação antirracista: o ensino de danças de matriz africana nos anos iniciais do ensino fundamental*, de Évelin Dias Reis dos Santos (2024), apresenta uma proposta pedagógica voltada ao ensino de danças de matriz africana nas aulas de Educação Física para crianças dos anos iniciais do ensino fundamental, fundamentada nos princípios da educação antirracista, da Pedagogia Histórico-Crítica e da Pedagogia Crítico-Superadora da Educação Física. A pesquisa sustenta que as políticas de Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) sofreram retrocessos e processos de desmonte durante o período do governo Bolsonaro, contexto que, segundo a autora, contribuiu para o agravamento das manifestações de racismo e dos processos de exclusão escolar. Ademais, a autora defende que a Educação Física pode desempenhar um papel fundamental na valorização das histórias e culturas afro-brasileiras e indígenas, contribuindo para o enfrentamento do racismo científico e das concepções eugênicas que historicamente influenciaram a constituição da área.

A dissertação *Cultura urbana e Hip Hop na Educação Física: um projeto escolar de educação antirracista no município gaúcho de Novo Hamburgo*, de Josias Góis Soares (2023), analisa um projeto interdisciplinar de educação antirracista fundamentado nos valores da Cultura Hip Hop e desenvolvido com estudantes de uma região marcada pela forte influência teuto-brasileira. O autor argumenta que a inclusão de práticas pedagógicas voltadas a grupos historicamente subordinados tornou-se ainda mais urgente após a posse de Jair Bolsonaro, contexto caracterizado, segundo o estudo, por ataques aos(as) professores(as), desvalorização da ciência e precarização da educação pública. O projeto pedagógico utilizou elementos da Cultura Hip Hop, como o breaking e o graffiti, para promover reflexões críticas dos(as) estudantes acerca do racismo e dos privilégios associados à branquitude nas aulas de Educação Física.

A tese de doutorado *Formação escolar e o sentido do Brasil: a experiência estética no ensino da Capoeira e da arte de Portinari na educação básica*, de Anderson José Libanio (2023), analisa uma experiência educativa que articula o ensino da Capoeira e das obras de Candido

Portinari para discutir questões estéticas, éticas e étnico-raciais no contexto da Educação Física escolar. O autor apresenta críticas ao governo Bolsonaro, destacando o que considera ser a disseminação de fake news voltadas à deslegitimação das pautas indígenas, bem como os impactos das políticas ambientais implementadas durante esse período. No campo da Educação Física, a tese defende a importância de uma escola pública, gratuita e laica, comprometida com o enfrentamento da desvalorização docente e das políticas de orientação neoliberal que, segundo o autor, contribuem para o enfraquecimento da cultura popular e dos direitos sociais da classe trabalhadora.

A tese *O Reino Iorubá: a conquista histórica do Memorial Zumbi dos Palmares por meio dos movimentos sociais e sua importância na oferta de práticas de lazer para a comunidade negra em Teresina-PI*, de Edvaldo Cesar da Silva Oliveira (2019), discute a luta dos movimentos sociais negros pela apropriação de um espaço público, a antiga Escola Domingos Jorge Velho, e sua transformação em um memorial voltado ao lazer e à valorização da cultura negra. O trabalho contrapõe os avanços observados durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), especialmente nos mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, apresentados como favoráveis às pautas do movimento negro, ao contexto político recente, caracterizado, segundo o autor, pela atuação de setores da direita que buscam limitar a ascensão social da população negra. O autor também mobiliza a repressão instaurada após o golpe militar de 1964 como chave analítica para compreender mecanismos de censura e silenciamento enfrentados pelos movimentos sociais em suas lutas por reconhecimento e legitimação junto ao Estado.

A dissertação de mestrado intitulada *O trabalho docente e as relações étnico-raciais na Educação Física em escolas estaduais de Curitiba*, de Francine Cruz Grison (2020), analisa como a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) é contemplada nos documentos escolares, como o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o Plano de Trabalho Docente (PTD), bem como nas práticas cotidianas de professores(as) de Educação Física em escolas estaduais de Curitiba. Durante as entrevistas, emergem relatos que expressam receio de retrocessos e o "medo de falar mal do presidente" (Bolsonaro), evidenciando um contexto de insegurança institucional e silenciamento. O estudo conclui que a ERER é frequentemente desenvolvida por meio do denominado "currículo oculto" e de ações pontuais, em razão da fragilidade das políticas públicas, da insuficiência de processos de formação continuada e do distanciamento entre as determinações legais e sua efetiva implementação no cotidiano escolar.

Como evidenciado, os doze trabalhos analisados indicam que o período entre 2016 e 2022 foi marcado por retrocessos institucionais e pelo avanço de uma agenda neoliberal e conservadora, associada, nos estudos examinados, ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016. Esse contexto favoreceu a implementação de reformas curriculares, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Novo Ensino Médio (NEM), orientadas por uma lógica de "pasteurização" do conhecimento, na qual os conteúdos são convertidos em competências voltadas ao mercado, reduzindo a centralidade da Educação Física no currículo escolar. A ascensão do governo Bolsonaro (2019–2022) aprofundou esse processo por meio da extinção ou reestruturação de órgãos voltados à promoção da diversidade e da igualdade racial, como a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), comprometendo a continuidade de políticas públicas de igualdade racial e reconhecimento da diversidade étnico-racial.

No cotidiano escolar, essa "onda conservadora" traduziu-se em ataques aos(as) professores(as), frequentemente acusados(as) de "doutrinação", além da desvalorização da ciência e da autonomia pedagógica. Também contribuiu para a redução do financiamento da educação e para a submissão da Educação Física a uma lógica orientada pela eficiência e pelo empreendedorismo (Melo; Moreira, 2022). Os estudos analisados apontam que esse contexto produziu um clima de medo e silenciamento, no qual professores(as) de Educação Física passaram a evitar abordar as relações étnico-raciais por receio de questionamentos ou perseguições de famílias e gestores(as). No campo da Educação das Relações Étnico-Raciais, destacam-se a precarização das Equipes Multidisciplinares e a insuficiência de formação continuada, o que deslocou práticas antirracistas para as margens do currículo ou para o "currículo oculto". Nesse cenário, a implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 passou a constituir um ato de resistência de professores(as) que buscam valorizar saberes afrodiaspóricos e perspectivas decoloniais.

Tabela 1: corpus de análise

| Ano  | Título                                                                                                                                                                                       | Autor                             |
|------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|
| 2019 | Negro Drama: Narrativas estudantis negras, Educação Física escolar e educação étnico-racial.                                                                                                 | Izaú Veras Gomes                  |
| 2019 | O Reino Iorubá: A conquista histórica do Memorial Zumbi dos Palmares por meio dos movimentos sociais e sua importância na oferta de práticas de Lazer para comunidade negra em Teresina –PI. | Edvaldo Cesar da Silva Oliveira   |
| 2020 | Corporeidades negras e Educação Física Escolar: construindo práticas antirracistas nos cotidianos da Educação Infantil                                                                       | André dos Santos Souza Cavalcanti |
| 2020 | O trabalho docente e as relações étnico-raciais na educação física em escolas estaduais de Curitiba                                                                                          | Francine Cruz Grison              |
| 2020 | O currículo de educação física na ótica das relações étnico-raciais: a prática pedagógica de professores da Diretoria Regional do Campo Limpo.                                               | Franz Carlos Oliveira Lopes       |
| 2023 | Educação Intercultural no Componente Curricular da Educação Física como Intervenção ao Fenômeno do Multiculturalismo: Presença da Matriz Africana                                            | Gina Paola Mosquera Andrade       |
| 2023 | Formação escolar e o sentido do Brasil: a experiência estética no ensino da Capoeira e da arte de Portinari na educação básica                                                               | Anderson José Libaneo             |
| 2023 | Cultura urbana e hip hop na educação física: um projeto escolar de educação antirracista no município gaúcho de Novo Hamburgo                                                                | Josias Gois Soares                |

|      |                                                                                                                                   |                                |
|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|
| 2023 | Corpo na e da EJA: reflexões acerca das dimensões político-pedagógicas do currículo da educação física                            | Rosângela Silveira de Carvalho |
| 2023 | Fuxicando com as narrativas de professoras/es de educação física: currículos e a decolonialidade                                  | Pedro Alves Castro             |
| 2024 | Culturas juvenis afrodiáspóricas como inspiração à educação física decolonial no sul de minas gerais: em tempos de agir e ubuntar | Mayara do Nascimento Lopes     |
| 2024 | Cultura corporal e educação antirracista: o ensino de danças de matriz africana nos anos iniciais do ensino fundamental.          | Evelin Dias Reis do Santos     |

Fonte: elaborado pelos autores: (2026)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises apresentadas ao longo deste texto evidenciam que o período compreendido entre 2016 e 2025 foi marcado pela intensificação de disputas políticas, ideológicas e curriculares que impactaram diretamente a Educação para as Relações Étnico-Raciais e a Educação Física escolar. A ascensão de agendas neoliberais e conservadoras produziu não apenas o desmonte de políticas públicas voltadas à diversidade e à justiça social, mas também a fragilização de conquistas históricas do Movimento Negro brasileiro. Nesse contexto, reformas educacionais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Novo Ensino Médio (NEM), contribuíram para o esvaziamento crítico do currículo, ao reforçarem perspectivas tecnicistas e mercadológicas que dificultam a consolidação de práticas pedagógicas antirracistas, feministas, decoloniais e emancipadoras no cotidiano escolar.

Além disso, os trabalhos analisados demonstram que os retrocessos não ocorreram apenas no plano institucional, mas também nas relações vividas nos cotidianos das escolas. O avanço do conservadorismo gerou um ambiente de vigilância, medo e silenciamento, no qual muitos(as) professores(as) passaram a enfrentar insegurança para abordar temas relacionados ao racismo, às desigualdades sociais e às identidades negras. A recente aprovação da Lei nº 19.722/2026, em Santa Catarina, posteriormente suspensa pelo Supremo Tribunal Federal por afrontar princípios constitucionais ligados à igualdade material e às ações afirmativas, evidencia que as disputas em torno das políticas raciais permanecem centrais no cenário político brasileiro e mesmo após a queda do governo Bolsonaro, as iniciativas antidemocráticas permanecem em continuidade ao projeto implementado no período.

Por outro lado, as pesquisas também apontam importantes movimentos de resistência construídos por professores(as), pesquisadores(as) e movimentos sociais comprometidos com a transformação social e a valorização das culturas afrodiáspóricas. Mesmo diante de ataques institucionais, da precarização das políticas públicas e das tentativas de apagamento curricular, emergem práticas pedagógicas que reafirmam a centralidade das corporeidades negras, das culturas

periféricas, da capoeira, do *Hip Hop*, das danças afro-brasileiras e de outras expressões culturais historicamente marginalizadas. Nesse sentido, a Educação Física escolar configura-se não apenas como um espaço de disputa política e curricular, mas também como um território de reexistência, produção de saberes e construção de práticas antirracistas capazes de fortalecer identidades, promover a justiça curricular e contribuir para a consolidação de uma educação democrática.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Gina Paola Mosquera. **Educação intercultural no componente curricular da educação física como intervenção ao fenômeno do multiculturalismo: presença da matriz africana**. 2023. 108 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

BARZOTTO, Carlos Eduardo; SEFFNER, Fernando. Escola sem partido e sem gênero: redefinição das fronteiras público e privado na educação. **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 29, n. 58, p. 150-167, abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.21879/faeoba2358-0194.2020.v29.n58.p150-167>

CAPES. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. História e missão. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>. Acesso em: 17 maio 2026.

CARVALHO, Rosângela Silveira de . **Corpo na e da EJA: reflexões acerca das dimensões político-pedagógicas do currículo da educação física**. 2023. 122 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2023.

CASTRO, Pedro Alves. **Fuxicando com as narrativas de professoras/es de Educação Física: currículos e a decolonialidade**. 2023. 227 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

CAVALCANTI, André dos Santos Souza. **Corporeidades negras e Educação Física Escolar: construindo práticas antirracistas nos cotidianos da Educação Infantil**. 2020. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2020.

COLLIER, Luciana Santos. Educação Física escolar pós pandemia e governo Bolsonaro: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, [s. l.], v. 45, e20230010, p. 1-7, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/rbce.44.e20230010>

CORSINO, Luciano Nascimento. Raça, gênero e a lei 10.639/03 no âmbito da Educação Física escolar: percepções docentes. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 247–262, 2015. DOI: <https://doi.org/10.12957/riac.2015.14187>

CORSINO, Luciano Nascimento; BARRETO, Samara Moura; VENÂNCIO, Luciana; SANCHES NETO, Luiz; CONCEIÇÃO, Willian Lazaretti da. Educação física escolar e interseccionalidades: da coeducação ao antirracismo na experiência mimética com a juventude. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 46, e20240046, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/rbce.46.e20240046>

CORSINO, Luciano Nascimento.; CONCEIÇÃO, Willian Lazaretti da. **Educação física escolar e relações étnico-raciais**: subsídios para a implantação das leis 10.639/03 e 11.645/08. Curitiba: CRV; 2016.

CORSINO, Luciano Nascimento; OLIVEIRA, Ana Paula Cecato de; SILVA, Bibiana C. da; SILVA, Taíse Tatiana Quadros da; SANTOS, Bruna Dahm dos; FERREIRA, Melissa Osterlund; SOUZA, Daniel Santana de. Em direção à construção de um currículo antirracista no contexto pandêmico: análise de um projeto integrador. **Cenas Educacionais**, [S. l.], v. 5, p. e12234, 2022. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/cenaseducacionais/article/view/12234>. Acesso em: 21 abr. 2026.

CORSINO, Luciano Nascimento; ROCHA, Danieri Ribeiro da. “Não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”: uma revisão sistemática sobre educação física escolar. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 22, n. 64, p. 129–155, 2025a. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/6796>. Acesso em: 12 maio. 2025.

CORSINO, Luciano Nascimento; ROCHA, Danieri Ribeiro da. Implementação da Lei nº 10.639/03 na Educação Básica: contribuições do campo da educação física escolar. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 22, n. 8, p. e17492, 2025b. DOI: <https://doi.org/10.54033/cadpedv22n8-246>

CORSINO, Luciano Nascimento; ROCHA, Danieri Ribeiro da. A Lei nº 10.639/03 na pós-graduação brasileira: por um currículo afroreferenciado na educação física escolar. **Corpoconsciência**, Cuiabá, v. 29, p. e20029, 2025c. DOI: <https://doi.org/10.51283/rc.29.e20029>

DUKE, Dawn Alex; CUNHA JÚNIOR, Henrique Antunes; VENÂNCIO, Luciana; SANCHES NETO, Luiz. Towards anti-racism within higher education: experiencing academia as Black faculty in Brazil and the USA. **SN Social Sciences**, vol. 5, 2025.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e aplicação. **LOGEION: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, set. 2019/fev. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73>. Acesso em: 3 fev. 2022.

GALVÃO, Taís Freire; PEREIRA, Maurício Gomes. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 57-73, jan.-mar. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742014000100018>. Acesso em: 29 ago. 2024.

GOMES, Izaú Veras. **NEGRO DRAMA**: Narrativas estudantis negras, Educação Física escolar e educação étnico-racial. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Docência) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

GRISON, Francine Cruz. **O trabalho docente e as relações étnico-raciais na Educação Física em escolas estaduais de Curitiba**. 2020. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (org.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. eletrônica. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

KRAWCZYK, Nora; ZAN, Dirce. (org.). **A reforma do ensino médio em São Paulo: a continuidade do projeto neoliberal** [recurso eletrônico]. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

KRAWCZYK, Nora; JACOMINI, Márcia Aparecida. Ensino médio: o que está em jogo na reforma da Reforma? **Revista Brasileira de Educação**, v. 30, e300097, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782025300097>

LIBANIO, Anderson José. **Formação escolar e o sentido do Brasil: a experiência estética no ensino da Capoeira e da arte de Portinari na educação básica**. 2023. 164 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

LOPES, Franz Carlos Oliveira. **O currículo de Educação Física na ótica das relações étnico-raciais: a prática pedagógica de professores da Diretoria Regional do Campo Limpo**. 2020. 275 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2020.

LOPES, Mayara do Nascimento. **Culturas juvenis afrodiaspóricas como inspiração à educação física decolonial no sul de Minas Gerais: em tempos de agir e ubuntar**. 2024. 181 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2024.

MELO, Fernando Garcez de; MOREIRA, Evando Carlos. Educação física escolar na gestão Jair Bolsonaro: uma breve análise de conjuntura. **Conexões**, Campinas, v. 20, e022003, p. 1-19, 2022. DOI: <https://doi.org/10.20396/conex.v20i1.8666222>.

MORAES, Reginaldo. O golpe de 2016 e suas raízes: perspectivas da resistência. In: KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei. (org.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. eletrônica. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

OLIVEIRA, Edvaldo Cesar da Silva. **O Reino Iorubá: a conquista histórica do Memorial Zumbi dos Palmares por meio dos movimentos sociais e sua importância na oferta de práticas de Lazer para comunidade negra em Teresina – PI**. 2019. 191 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2019.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; LINS, Mônica Regina Ferreira. Conservadorismo político e a luta antirracismo na educação: novos e velhos cenários. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 8, n. 19, p. 156–176, 2016. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/30>. Acesso em: 17 maio. 2026.

PAGE, Matthew. *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *The BMJ*, n. 71, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>

RODRIGUES, Nathalia. **Quebra do pacto federativo na luta contra o racismo e a inconstitucionalidade em Santa Catarina**. Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), 26 jan. 2026. Disponível em: [ABPN](https://abpn.org.br). Acesso em: 25 maio 2026.

SANTOS, Evelin Dias Reis dos. **Cultura corporal e educação antirracista: o ensino de Danças de Matriz Africana nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. 2024. 235 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

SILVA, Maurício Roberto da; PIRES, Giovane De Lorenzi; PEREIRA, Rogério Santos. Manifesto contra o neoliberalismo totalitário, a destruição da educação, do meio ambiente, da ciência, da cultura e do ministério do esporte no governo Bolsonaro. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 31, n. 60, p. 01-18, set./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2019e69869>.

SILVA, Maurício Roberto da; PIRES, Giovane De Lorenzi; PEREIRA, Rogério Santos. BIANCHI, Paula. Bolsonaro e a COVID-19: e daí? “o Brasil tá matando o Brasil”, “do Brasil, SOS ao Brasil”, “chora a nossa pátria, mãe gentil...”. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 32, n. 62, p. 01-19, abr./jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2020e74507>.

SOARES, Josias Gois. **Cultura urbana e Hip Hop na Educação Física: um projeto escolar de educação antirracista no município gaúcho de Novo Hamburgo**. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

TOMMASELLI, Guilherme Costa Garcia. Necropolítica, racismo e governo Bolsonaro. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], v. 4, n. 42, p. 179–199, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7868>. Acesso em: 20 abr. 2026.

ZAN, Dirce; KRAWCZYK, Nora. Ataque à escola pública e à democracia: notas sobre os projetos em curso no Brasil. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 27, p. 607–620, set./dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.22420/rde.v13i27.1032>

## NOTAS DE AUTOR

**AGRADECIMENTOS** - não se aplica

**CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA** - não se aplica

**FINANCIAMENTO** – não se aplica

**CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM** – não se aplica

**APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA** – não se aplica

## CONFLITO DE INTERESSES

A autoria entende não haver conflito de interesses.

## LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Motrivivência** - ISSN 2175-8042 os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution Non-Comercial ShareAlike](#) (CC BY-NC SA) 4.0 International. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, desde que para fins **não comerciais**, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico desde que adotem a mesma licença, **compartilhar igual**. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou

como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico, desde que para fins **não comerciais e compartilhar com a mesma licença**.

#### **PUBLISHER**

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. LaboMídia - Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

#### **EDITORES**

Mauricio Roberto da Silva, Giovani De Lorenzi Pires, Rogério Santos Pereira.

#### **EDITOR DE SEÇÃO**

Mauricio Roberto da Silva

#### **REVISÃO DO MANUSCRITO E METADADOS**

Giovani De Lorenzi Pires

#### **HISTÓRICO**

Recebido em: 14/06/2026

Aprovado em: 10/07/2026

Publicado em: 01/10/2026